



ESTUDANTES INDÍGENAS: PERMANÊNCIA E RESISTÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Alice Kanah Luiz

*Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Coletivo de Estudantes Indígenas –
CEI/UFFS, Campus Laranjeiras do Sul alicekanahluiz@gmail.com*

Fernanda Marcon

*Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus Laranjeiras do Sul, Docente
fernanda.marcon@uff.edu.br*

***Eixo 03:** Permanência estudantil, diversidade e ações afirmativas: estudantes com
deficiência; pais e mães ; imigrantes; indígenas; LGBTQIAP+*

Resumo

O acesso e a permanência dos povos indígenas no ensino superior constituem uma das maiores conquistas das políticas de ações afirmativas no Brasil nas últimas décadas. A entrada dos estudantes indígenas nas universidades públicas representa não apenas um avanço no direito à educação, mas também um ato político de resistência frente a séculos de exclusão e invisibilidade. Entretanto, a permanência desses estudantes ainda enfrenta inúmeros desafios, como a falta de políticas adequadas de apoio financeiro, pedagógico e psicológico, além de barreiras culturais e institucionais. O objetivo deste trabalho é refletir sobre os processos de permanência e resistência dos estudantes indígenas no ensino superior, destacando suas estratégias de enfrentamento e as contribuições que trazem para a construção de uma universidade mais plural, intercultural e decolonial. O aporte teórico baseia-se em autores que discutem a educação intercultural e os saberes indígenas, como Boaventura de Sousa Santos (2007), que propõe a ecologia dos saberes, e Gersem Baniwa (2019), que aborda o protagonismo indígena no espaço acadêmico. Esses referenciais sustentam a ideia de que a presença indígena na universidade é fundamental para a descolonização do conhecimento e a valorização das múltiplas epistemologias existentes nos territórios indígenas. A metodologia utilizada é de caráter qualitativo, fundamentada em revisão bibliográfica e observação participante no contexto do Coletivo de Estudantes Indígenas da Universidade Federal da Fronteira Sul (CEI-UFFS). As discussões foram construídas a partir de experiências vivenciadas por estudantes indígenas e de diálogos coletivos em reuniões e encontros regionais. Os resultados apontam que a permanência dos estudantes indígenas no ensino superior depende diretamente da consolidação de políticas públicas específicas, como o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN), o fortalecimento dos coletivos estudantis e o reconhecimento institucional dos saberes tradicionais. Além disso, observou-se que a resistência se manifesta tanto nas práticas cotidianas de adaptação e solidariedade entre os estudantes quanto na afirmação da identidade indígena em espaços

acadêmicos historicamente coloniais. Conclui-se que a permanência indígena é mais do que uma questão de assistência: é um ato político, cultural e epistemológico de resistência, que reafirma o direito dos povos indígenas de ocupar e transformar o ensino superior a partir de suas próprias visões de mundo e modos de existência. Assim, resistir na universidade é também garantir a continuidade dos saberes ancestrais e o fortalecimento das lutas por justiça social e reconhecimento.

Palavras-chave: Educação intercultural. Permanência estudantil. Resistência indígena.

Apoio Financeiro: Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS; Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN).

Referências

BANIWA, Gersem. **O protagonismo indígena no ensino superior:** desafios e conquistas. Brasília: MEC, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M. R. da; OLIVEIRA, L. F. Educação superior e interculturalidade: experiências e resistências indígenas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, n. 3, p. 45-61, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu>. Acesso em: 20 out. 2025.